

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FREDERICO SANTOS HISTÓRIA DE SANTA CATARINA

PARA NÃO ESQUECER:

Principais povoações açorianas em Santa Catarina:

- 1750 – Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (Bairro de Florianópolis)
- 1750 – São Miguel da Terra Firme- (Biguaçu);
- 1750 – Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito;
- 1750 – Vila Nova e Sant’ Ana do Mirim (em Imbituba);
- 1751 – São José;
- 1755 – Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio dos Anjos de Laguna (hoje Laguna);

Principais heranças dos açorianos:

- Atividade pesqueira;
- A construção Naval;
- O Boi na Vara;
- Os carros de bois;
- A olaria utilitária e decorativa;
- A renda de bilros;
- A Língua, as danças e a literatura.
- O Pão por Deus;
- Festas, como: o do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora dos Navegantes, e Terno de Reis
- Cultivo da mandioca – (os engenhos de farinha);
- Lendas e tradições orais como relatos sobre bruxas e lobisomens.

A CONQUISTA DO PLANALTO:

O povoamento do Estado continua. Os tropeiros que viviam em Laguna começam a se interessar pelo gado que era criado solto e sem donos nos campos de Rio Grande do Sul.

Os tropeiros saíram de Laguna e vieram pelo litoral, em busca de animais. Eles chegaram até as chamadas Vacaria dos Pinhais e Vacaria do Mar. Vacaria dos Pinhais era o nome dado ao Planalto Catarinense e sul rio-grandense. Vacaria do Mar era o nome dado às terras do litoral do Rio Grande do Sul.

O gado aprisionado era levado até Laguna pelo Caminho do Mar. Os tropeiros faziam o comércio do gado, levando o gado de Laguna com barcos até as terras do atual Estado de São Paulo.

No ano de 1733, Francisco de Souza Faria descobriu um caminho que passava pelos Campos de Lages. De Lages seguia para as terras do atual Estado do Paraná. O novo caminho chamou-se Caminho do Sul.

A necessidade de um caminho terrestre, ligando o extremo sul de São Paulo e Rio de Janeiro, o interesse econômico de abastecer as regiões mineradoras e também a manutenção da Colônia do Sacramento consta de uma Carta Régia, datada de 1722: “Os Caminhos do Sul”. A partir de 1750 por terra, os catarinenses poderiam ir das margens do Rio da Prata e da Lagoa até a feira de Sorocaba na capitania de São Vicente.

No longo “Caminho do Sul” surge uma localidade que servia de paragens: Lages. Logo após a sua fundação por Antônio Correia Pinto em 1766, foi determinada a abertura de uma estrada que ligaria com Laguna. É esta estrada que hoje chamamos de “Estrada do Rio do Rastro”.

Os animais eram levados até a cidade paulista de Sorocaba, onde se realizava a feira do gado. Os principais compradores de gado eram os comerciantes de Minas Gerais.

Com o comércio do gado foram surgindo locais de pouso e descanso do gado, especialmente nos Campos de Lages.

É partir da fundação de Lages que surgiram os “pousos das tropas” e a busca de novas pastagens dando origem a Curitiba, São Joaquim e Campos Novos. Na margem esquerda do Rio Negro surgiu Mafra. Portugal nesta época incentivava a expansão para o interior, principalmente para o Oeste, porque estava pleiteando aumentar o território da Colônia, na questão/ discussão de Tratados e Limites.

BRASIL IMPÉRIO:

O período do Brasil Imperial é o espaço de tempo situado entre 07 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) a 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República).

Imigrantes:

Durante o século XIX ocorreu a imigração européia, sobressaindo-se os colonos e alemães, italianos, franceses, belgas e poloneses.

Colonização Alemã

Fatores da vinda dos alemães:

- a) explosão demográfica;
- b) falta de alimentos;
- c) empobrecimento dos camponeses;
- d) predomínio dos latifúndios;
- e) riqueza nas Américas.

Contribuição cultural dos Alemães:

- Produção de carne defumada
- Cultivo da terra em família;
- Produziam lingüiça e queijo de tipos variados;
- Tipo de construção de tijolo à vista, de telhado em Ângulo Agudo, com sótãos e inseparáveis jardins;
- Desenvolvimento do setor industrial com fábricas de laticínios, têxtil e cervejaria.

A primeira colônia européia em Santa Catarina foi instalada em São Pedro de Alcântara em 1829.

Essa colônia enfrentou uma série de problemas, entre eles a impossibilidade da expansão agrícola, em virtude do relevo acidentado e a inadequação aos produtos tradicionalmente cultivados na Europa.

Em 1849 foi fundada a Colônia Dona Francisca pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Tem origem as cidades de Joinville e mais tarde a cidade de São Bento do Sul.

Sem dúvida a colônia que mais prosperou foi a Colônia de Blumenau, fundada em 1850 no Vale do Rio Itajaí – Açu.

Herman Blumenau e Fernando Hackbart foram responsáveis pela vinda dos imigrantes. Deve-se ressaltar aqui a preocupação do Dr. Blumenau quanto à seleção dos imigrantes. O que pretendia era obter uma maior diversificação profissional.

Talvez a predominância de artesãos sobre lavradores explique a tradição industrial (base econômica da região)

A partir de 1860 no Vale do Itajaí Mirim começam a chegar a primeira leva de imigrantes que foram responsáveis pela fundação de Itajaí e Brusque. Em Brusque a atividade têxtil se desenvolve rapidamente, tendo hoje uma das maiores fábricas de tecidos do país, iniciada em 1892, por Carlos Ranau. Os alemães foram responsáveis pela criação das colônias de Santa Tereza e Angelina.

Colonização Italiana

Fatores da vinda dos italianos:

O mesmo que o dos alemães.

Contribuição cultural dos italianos:

- Na agricultura: o cultivo do milho, da uva, do arroz, da amora, do fumo e do bicho da seda;
- Na alimentação: o hábito de comer o pão, a polenta, o macarrão e o beber vinho;

- Na arquitetura: casas de madeira sem varanda, altas com largos porões, onde eram guardadas as carretas;
- Estes porões serviam também de adega para a conservação do vinho.

A primeira colônia catarinense foi a Nova Itália (atual São João batista)em 1836 no Vale do Rio Tijucas. Em 1874, através do contrato celebrado entre governo Imperial e Joaquim Caetano pinto Junior (que se comprometia em trazer cem mil imigrantes) foram fundadas Rio dos cedros, Rodeio, Apiúna, Porto Franco – atual Botuverá , e Nova Trento. No Vale do Itajaí – Açu, a colônia Luiz Alves, no Vale do rio Tubarão Azambuja, Pedras Grandes e Treze de Maio, e no Vale do Urussanga, os núcleos Urussanga e Criciúma.

Outros grupos colonizadores:

Poloneses:

Em 1822 – ocorreu a fixação de poloneses em vários locais da província;

Geralmente as regiões periféricas de colônias já existentes no sul e no Vale do rio Itajaí.

Árabes:

Em 1870 – vieram do Líbano e da Síria;

Desenvolveram atividades ligadas ao comércio;

Situaram-se em regiões próximas de portos (São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis) e de ferrovias (Blumenau, Mafra, porto União e Canoinhas)

Gregos:

Chegaram por volta de 1889;

Instalaram-se principalmente na ilha, onde desenvolveram atividades comerciais.

Santa Catarina

É Santa Catarina um dos estados brasileiros em que mais visível se tornou a influência de diferentes grupos de imigrantes europeus -- alemães, portugueses, italianos, austríacos. Suas praias, estâncias hidrominerais e serras -- que em certos pontos se cobrem de neve no inverno -- são importantes atrações turísticas.

O estado de Santa Catarina ocupa uma superfície de 95.346km² na região Sul do Brasil. Com a forma aproximada de um triângulo com vértice voltado para oeste, limita-se ao norte com o Paraná, a leste com o oceano Atlântico, ao sul com o Rio Grande do Sul e a oeste com a Argentina. Sua capital é Florianópolis.

População

No século XVIII, o fluxo de açorianos e madeirenses, e de alemães, italianos e eslavos, no século XIX, deu à população de Santa Catarina uma notável diversidade étnica. Os habitantes do estado distribuem-se de maneira bastante uniforme por todo o território do estado. As mais elevadas concentrações de população ocorrem na faixa litorânea, enquanto as menores estão no interior do planalto, em áreas de campo, onde a agricultura cede lugar à criação de bovinos. Nas demais partes do planalto, a ocupação agrícola dos antigos solos florestais assegura densidades equivalentes à média estadual.

Rede urbana.

O estado de Santa Catarina está em parte situado na área de influência da cidade de São Paulo, em parte, na de Porto Alegre. A metrópole paulista domina toda a metade setentrional, onde sua ação se faz sentir nos centros intermediários de Florianópolis e Blumenau, enquanto a capital gaúcha domina o sul, pelos centros mais modestos de Lajes e Joaçaba. As maiores cidades, além da capital, Florianópolis, são Joinville, Blumenau, Itajaí, São José, Lajes, Chapecó e Criciúma.

Economia

Agricultura, pecuária e pesca.

O principal produto agrícola de Santa Catarina é o milho, cultivado no planalto basáltico, onde fornece ração para a criação de suínos. Seguem-se a soja, o fumo, a mandioca, o feijão, o arroz (cultivado com irrigação nas várzeas da baixada litorânea e do vale do Itajaí, a banana e a batata-inglesa. O estado é também importante produtor de cana-de-açúcar, alho, cebola, tomate, trigo, maçã, uva, aveia e cevada. A criação de bovinos se faz principalmente em campo natural, de maneira extensiva, e nas áreas florestais, em menor escala, com os animais submetidos a semi-estabulação. Nessas áreas em que a agricultura é a atividade predominante, a criação se volta para os suínos, sobretudo no planalto basáltico, onde a produção de milho assegura ração adequada aos animais. A suinocultura experimentou grande progresso no estado, em virtude do desenvolvimento dos frigoríficos especializados no processamento de carne de porco. Grande expansão se verificou ainda na criação de aves.

Santa Catarina é um dos maiores produtores de pescado do país. A pesca, principalmente a praticada em moldes artesanais, desempenha importante papel na economia do estado. A atividade, que remonta à origem açoriana da população, desenvolve-se sobretudo em Florianópolis, Navegantes e Itajaí.

Extratativismo.

As riquezas vegetais e minerais concorrem decisivamente para o progresso produtivo do estado. Entre as primeiras destaca-se as reservas florestais, representadas especialmente pelos pinheirais, apesar de sua intensa exploração, e os ervais, que permitem ao estado se manter como grande produtor da erva-mate. O estado de Santa Catarina é um dos maiores produtores de papel e celulose do país.

No extrativismo mineral, as ocorrências de carvão, principalmente nas áreas da baixada litorânea (Urussanga, Criciúma, Lauro Müller e Tubarão), representam fator importante para o desenvolvimento econômico regional. Os carvões de Santa Catarina são os mais homogêneos do país, apesar de apresentarem defeitos -- são ricos em piritas, possuem teores elevados de cinza etc.

As condições de exploração do carvão mineral têm apresentado sensível melhoria do ponto de vista técnico e dos equipamentos empregados. Santa Catarina possui ainda as maiores reservas brasileiras de fluorita e sílex (em produção). Outros recursos minerais disponíveis são os depósitos de calcários de Brusque, de mármore, de galena argentífera e de minério de manganês, nem todos, entretanto, explorados economicamente.

Indústria.

Os principais centros industriais de Santa Catarina são Joinville e Blumenau. O primeiro tem caráter diversificado, com fábricas de tecidos, de produtos alimentícios, fundições e indústria mecânica. Blumenau concentra sua atividade na indústria têxtil. No interior do estado, ocorrem numerosos centros fabris de pequeno porte, ligados tanto à industrialização de madeira quanto ao beneficiamento de produtos agrícolas e pastoris.

O nordeste do estado se destaca na produção de moto compressores, autopeças, refrigeradores, motores e componentes elétricos, máquinas industriais, tubos e conexões. No sul do estado (incluindo as cidades de Imbituba, Tubarão, Criciúma, Içara e Urussanga), por sua vez, concentram-se as principais fábricas de cerâmica de revestimento do Brasil. O estado de Santa Catarina também lidera, no país, a produção de louças e cristais.

Energia.

O potencial hidrelétrico de Santa Catarina não está totalmente aproveitado, e grande parte da energia consumida no estado é fornecida por usinas termelétricas. A utilização do carvão-vapor na alimentação

dessas usinas contribui não só para a expansão da produção termelétrica como assegura mercado em crescimento para a ampliação do consumo da produção estadual de carvão.

Transporte.

As estradas de ferro de Santa Catarina, administradas pela Rede Ferroviária Federal (11ª Divisão -- Paraná-Santa Catarina e 12ª Divisão -- Estrada de Ferro Teresa Cristina) têm dois troncos principais, que cortam o estado no sentido norte-sul: um passa por Mafra e Lajes e o outro, por Porto União, Caçador e Joaçaba. No norte do estado, uma linha em sentido leste-oeste liga as cidades ao litoral, servindo Porto União, Canoinhas, Mafra, São Bento do Sul, Joinville e São Francisco do Sul. Outras linhas férreas catarinenses servem o vale do Itajaí e a região de mineração de carvão, ligando-a com os portos de Laguna e Imbituba.

A malha rodoviária catarinense integra as diferentes regiões do estado. A principal rodovia é a BR-101, que atravessa o litoral e escoar grande parte da produção. Outra rodovia importante é a BR-470, que liga o meio-oeste ao litoral. A BR-470 se conecta à BR-282 e à BR-283 e por ela circula a produção agroindustrial que é exportada pelo porto de Itajaí.

Pela BR-280, que liga a cidade de Porto União, no Planalto Norte, com o porto de São Francisco do Sul, é transportada a produção da indústria de móveis de São Bento do Sul e a erva-mate produzida em Canoinhas. Outras rodovias importantes são a BR-153 e a BR-116, que atravessa as cidades de Lajes, Papanduva e Mafra. Há 23 aeroportos públicos e privados no estado. Os mais importantes são os de Florianópolis (internacional), Joinville e Navegantes.

Quatro portos especializados -- São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Laguna -- formam o sistema portuário catarinense. O primeiro, essencialmente exportador, é o maior porto graneleiro do estado. O de Itajaí destina-se fundamentalmente à exportação de açúcar e congelados e ao transporte de combustíveis, enquanto Imbituba é um terminal carbonífero e Laguna, porto pesqueiro.

História

A região costeira do território que constitui hoje o estado de Santa Catarina foi, desde a época do descobrimento, visitada por navegantes de várias nacionalidades. Afora a discutida versão da presença do francês Binot Palmier de Gonneville, que ali teria estado durante seis meses, em 1504, não existe dúvida quanto à viagem dos portugueses Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, que por lá passaram, em 1514, e deram o nome de ilha dos Patos à atual ilha de Santa Catarina. No ano seguinte, Juan Diaz de Solis passou em direção ao Prata. Onze naufragos dessa expedição foram bem recebidos pelos índios carijós e iniciaram com eles intensa miscigenação. Esses aborígenes viviam de caça e pesca, eram exímios tecelões de redes, esteiras e cestos, e trabalhavam objetos em pedra.

Expedições espanholas.

Várias expedições espanholas detiveram-se no litoral catarinense a caminho do rio da Prata: D. Rodrigo de Acuña, em 1525, deixou 17 tripulantes na ilha, onde se fixaram voluntariamente. Sebastião Caboto, em 1526-1527, ali se abasteceu, seguiu para o Prata e retornou. Após Caboto, nela aportaram Diego Garcia e, em 1535, Gonzalo de Mendonza. Em 1541, Álvar Núñez Cabeza de Vaca partiu da ilha de Santa Catarina para transpor a serra do Mar e atingir por terra o Paraguai.

Mantendo sempre o propósito de tomar posse do Brasil meridional, o governo espanhol nomeou Juan Sanabria governador do Paraguai, com a missão de colonizar o rio da Prata e povoar também o porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Com a morte de Juan Sanabria, tomou posse seu filho Diogo. Alguns navios da expedição lograram chegar à ilha de Santa Catarina, onde os espanhóis permaneceram dois anos. Dividiram-se em dois grupos: um deles rumou para Assunção; o outro, chefiado pelo piloto-mor Hernando Trejo de Sanabria, estabeleceu-se em São Francisco, de onde, após as maiores privações e sempre sob a ameaça de ataque pelos silvícolas, seguiu para Assunção.

Merecem destaque na passagem da expedição de Sanabria o fato de tê-la integrado Hans Staden, que legou interessante narrativa da viagem, e o nascimento, em São Francisco, do filho de Hernando,

Herdinando Trejo de Sanabria futuro bispo e fundador da Universidade de Córdoba, na Argentina. Ainda em 1572, Ortiz de Zarate, a caminho de Assunção, esteve sete meses em Santa Catarina, onde praticou incríveis e inúteis violências. Foi esta a última expedição espanhola à região.

Ocupação portuguesa.

Os aborígenes da região foram catequizados, a partir de 1549, por jesuítas que viajaram em companhia do governador-geral Tomé de Souza, sob a chefia do padre Manuel da Nóbrega. Os jesuítas empenharam-se com ardor nessa missão, colocando-se como obstáculo às tentativas dos colonizadores portugueses de escravizarem os índios. Não conseguiram, contudo, levar a bom termo sua tarefa e, já em meados do século XVII, desistiram da catequese no sul.

Com a divisão do Brasil em capitânias hereditárias, a costa catarinense até a altura de Laguna, e mais tarde dois terços da do Paraná, formaram a capitania de Santana, o último quinhão do sul, doado a Pero Lopes de Sousa. Nem o donatário nem seus herdeiros providenciaram a colonização. O território, após um litígio de dois séculos entre os herdeiros de Pero Lopes e os de seu irmão Martim Afonso de Sousa, foi, no começo do século XVIII, comprado pela coroa, juntamente com as terras do Paraná e grande parte de São Paulo. Ao mesmo tempo, a Espanha considerava indiscutível seu direito a esses territórios e recomendava aos *adelantados* a conquista e povoamento não só da ilha como do litoral.

Fundações litorâneas.

Na década de 1640, Manuel Lourenço de Andrade, um português que vivia em São Vicente, fundou uma povoação no rio de São Francisco, para onde se mudou com a família. Mais tarde foi designado capitão-mor dessa povoação, que em 1660 foi elevada a vila com o nome de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, constituindo a primeira fundação estável da costa catarinense.

Por volta de 1675, estabeleceu-se na ilha de Santa Catarina o paulista Francisco Dias Velho, que ergueu uma igreja em louvor de Nossa Senhora do Desterro. A ele se atribui a mudança do nome da ilha dos Patos para ilha de Santa Catarina, de quem, ao que consta, uma filha dele tinha o nome. (Entretanto, outros atribuem a autoria do nome a Sebastião Caboto, que teria consagrado a ilha a Santa Catarina ou, antes, prestara homenagem a sua mulher, Catarina Medrano.) Francisco Dias Velho dedicava-se à cultura da mandioca e da cana-de-açúcar, à pesca e à procura de ouro. Quinze anos mais tarde, Dias Velho e sua gente aprisionaram um navio pirata que arribara na ilha e mandaram homens e cargas para São Vicente. Passaram-se dois anos e os corsários voltaram; Dias Velho foi morto e sua família, maltratada e em desespero, retornou a São Vicente. A povoação ficou abandonada.

Laguna foi outro ponto do litoral povoado na mesma época. Domingos de Brito Peixoto, também paulista, organizou uma bandeira para tomar conta de terras desabitadas ao sul e, em 1676, fundou Santo Antônio dos Anjos de Laguna. A povoação teve vida incerta e o bandeirante despendeu nela toda sua fortuna, com o objetivo de dar-lhe estabilidade. Buscou recursos no aprisionamento do gado nativo e na caça ao gentio e, só em 1696, deu início à construção da matriz local. No início do século XVIII, Laguna, pequena e pouco habitada, vivendo de uma agricultura rudimentar e da exportação de peixe seco para Santos e o Rio de Janeiro, era o mais importante núcleo da costa catarinense.

Primeira metade do século XVIII.

A abertura, em 1728, do caminho que ligaria as pastagens do Rio Grande do Sul ao planalto paulista representou sério abalo para Laguna, que perdeu progressivamente sua posição proeminente, e foi deixando de ser entreposto único de comércio e foco de expansão do Sul.

A grande era da história catarinense ia começar com o governo do brigadeiro José da Silva Pais. Em 1726, o povoado de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, foi elevado a vila. A atenção dada à ilha aumentou e em 1737 chegaram as primeiras forças de linha. No ano seguinte foi nomeado governador Silva Pais, que chegou em 1739, diretamente subordinado ao Rio de Janeiro. As primeiras providências tiveram caráter militar. Do uniforme das milícias, e especialmente da cor do colete, deriva, para os habitantes da terra, o apelido de "barriga-verde", que nada tem de pejorativo.

Os interesses portugueses no Sul aconselhavam a manutenção e o fortalecimento dos povoados litorâneos. Com tal objetivo, Laguna foi elevada em 1774 à categoria de vila, passando a exercer o papel de posto avançado para a conquista do Rio Grande do Sul. Dali partiram expedições que atingiram a colônia do

Sacramento e Montevidéu e, de passagem, arrebanharam gado e aprisionaram indígenas. Enquanto isso, Desterro, onde se haviam instalado os povoadores, ia vivendo como "mera pescaria" -- lugar procurado para refresco de navios piratas, que eram recebidos sem nenhuma hostilidade.

Desde o começo do século XVIII, Santa Catarina esteve sob a jurisdição da capitania de São Paulo. As lutas no Prata representaram pesado encargo para os catarinenses, que não só tiveram seus filhos convocados às armas, como foram obrigados a suprir tropas estacionadas ou de passagem, em troca de vales como pagamento. Nessa ocasião, toda a costa meridional brasileira, até a ilha, passou à jurisdição direta do Rio de Janeiro, por razões estratégicas que também aconselharam a ocupação eficaz do mesmo território.

Com esse objetivo, recorreu-se à imigração açoriana. De 1748 até 1756, em sucessivas levas, chegaram cerca de cinco mil açorianos, a maior parte dos quais fixou-se em Santa Catarina. Os novos colonos foram distribuídos pelos pontos já mencionados, recebendo doações de terras na ilha e no continente fronteiro. As dificuldades que tiveram de ser vencidas foram inúmeras, desde as péssimas condições da viagem até a inadaptação à terra onde deveriam fixar-se.

Segunda metade do século XVIII.

O governo de Santa Catarina, na segunda metade do século XVIII, abrangia as três fundações litorâneas. O sertão não era explorado nem povoado: essa seria mais tarde a missão de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo, interessado em garantir o domínio português sobre a região e o escoamento do gado do Rio Grande do Sul para São Paulo. Com tal finalidade, encarregou um abastado paulista, Antônio Correia Pinto, de estabelecer povoação na paragem denominada Lajes. Houve protestos contra a invasão de território fora de sua jurisdição, mas o morgado não lhes deu atenção. Guaratuba, no litoral, foi povoada também por ordem sua, e em 1775 fundou-se a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes.

Esse foi o primeiro núcleo de povoação da serra. Perdida no interior, sem comunicação com o litoral, tendo precária ligação com Curitiba e São Paulo, Lajes vegetou durante todo o século. Em seus campos, ocupados por uma população escassa, estabeleceram-se fazendas de criação de gado. De Lajes partiram mais tarde os povoadores de Campos Novos e Curitibanos, que estenderam a fronteira pastoril.

Quando irrompeu a guerra entre Portugal e Espanha, a ilha de Santa Catarina, mal defendida apesar de sua importância estratégica e abandonada pela esquadra portuguesa, que não queria pôr em risco seus navios, foi tomada em 1777 por Pedro de Zeballos, sem que o invasor desse um só tiro ou perdesse um único homem. Dali estendeu-se a conquista de povoado em povoado, com exceção de Laguna, que ofereceu resistência. Um ano depois, a ilha voltou às mãos portuguesas.

Ao lado de uma agricultura de subsistência, da fabricação de farinha de mandioca e da salga de peixe, atividades todas de pouca importância, que não propiciavam oportunidade de enriquecimento, instalaram-se na ilha armações para pesca de baleia, monopólio da coroa concedido a comerciantes reinóis. A extinção do privilégio, no começo do século XIX, desestimulou a atividade, que entrou em decadência. Toda a capitania, de modo geral, enfrentou, na segunda metade do século XVIII, um período de estagnação, com a agricultura em retrocesso e sua gente onerada com a requisição de produtos para as tropas. Nas primeiras décadas do século XIX, porém, a situação da capitania tinha melhorado um pouco. Pelo testemunho de viajantes, as vilas eram habitadas por pessoas de recursos medianos, não havendo nem grandes fortunas nem miséria gritante.

Independência e primeiro reinado.

Em 1820, Lajes passou à jurisdição do governo da ilha, dando a Santa Catarina uma configuração aproximada da atual e retirando da alçada de São Paulo toda a região chamada da serra, seja, o planalto. Devido à precariedade das comunicações, a notícia da independência do Brasil só chegou a Desterro nos primeiros dias de outubro de 1822. O juiz-de-fora e presidente da Câmara, Francisco José Nunes, no dia 11, fez a aclamação do imperador.

Durante o império, a província sofreu, como outras, os prejuízos da descontinuidade administrativa. Teve no período mais de setenta presidentes, entre titulares e substitutos. Sob o governo do brigadeiro Francisco de Albuquerque Melo, em 1829, iniciou-se a colonização de Santa Catarina com imigrantes alemães.

Em 1831, após a abdicação de D. Pedro I, o presidente da província, Miguel de Sousa Melo e Alvim, português de nascimento, foi forçado a renunciar em consequência de um levante da tropa. Nesse mesmo ano, em 28 de julho, foi lançado o primeiro jornal publicado na província, com o título de *O Catarinense*, dirigido pelo capitão Jerônimo Francisco Coelho.

República Juliana.

O movimento farroupilha teve considerável repercussão em Santa Catarina, sobretudo na região mais próxima ao Rio Grande do Sul. De 24 de julho a 15 de novembro de 1839, Laguna foi ocupada pelos revolucionários, que ali proclamaram a República Juliana, aliada à de Piratini. Nessa ocasião, Ana de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi, uniu sua vida à de Giuseppe Garibaldi. No planalto, Lajes aderiu à revolução, mas submeteu-se no começo de 1840. Em 1845, a província, já inteiramente pacificada, recebeu a visita de D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina.

De 1850 a 1859, Santa Catarina foi governada por João José Coutinho, que demonstrou grande zelo administrativo e particular interesse pela instrução e a cultura, esforçando-se também no incentivo à atividade das colônias de imigrantes. Em 1849 foi fundada Joinville; no ano seguinte, Blumenau; e, em 1860, Brusque.

Período final do império.

Na década de 1870, a província de Santa Catarina contava cerca de 160.000 habitantes, distribuídos por vinte municípios. Ao ser proclamada a república, a população era de 200.000 habitantes aproximadamente. As numerosas vilas e cidades litorâneas estagnavam, dedicadas à pesca de subsistência, pequena lavoura e comércio sem grande expressão. As freqüentes mudanças de administração, em benefício de protegidos do poder central, prejudicaram o progresso catarinense.

Santa Catarina sempre teve número relativamente reduzido de escravos. Atingiu o máximo em 1857, com cerca de 18.000. Daí em diante o número diminuiu, não só pelas alforrias e pela Lei do Ventre Livre, como pela venda de escravos a outras províncias. O elemento negro jamais chegou a constituir vinte por cento da população total.

A partir de 1870, processou-se com intensidade a campanha abolicionista. Diversos clubes e associações empenharam-se na luta, que ganhou maior amplitude com a fundação de um jornal, *O Abolicionista*. O movimento levou numerosos senhores a libertarem seus escravos. Em 24 de março de 1888, o presidente da Câmara de Desterro anunciou que já não havia, na capital da província, um só escravo.

Colonização estrangeira.

Em Santa Catarina, a posse da terra não era base para grandes fortunas e obtenção de títulos de nobreza. Observava-se uma preferência pelo enriquecimento nas atividades urbanas. Em pleno século XX, grandes extensões de terras, no oeste, estavam por desbravar. A sociedade e as lides campeiras do planalto constituíam um tipo de vida quase sem contato com o litoral.

Desde o começo do século XIX, havia planos para a ocupação dos espaços vazios com a vinda de colonos estrangeiros. A primeira tentativa data de 1829, com a instalação de 166 famílias alemãs, oriundas de Bremen, no lugar depois chamado São Pedro de Alcântara.

Quer por iniciativa oficial, quer aliciados por companhias particulares que acenavam com uma nova Canaã, acorreram imigrantes para a província, principalmente alemães e italianos, durante todo o século XIX. Embora muitos tenham sido absorvidos pelas comunidades tradicionais, e em várias colônias situadas nas matas tenha ocorrido o fenômeno da "caboclicização" do imigrante, na maioria das colônias criaram-se ambientes próprios, com características marcadas. Desde o início, mantinham uma lavoura de policultura e dedicavam-se a atividades de transformação artesanal-familiar que seriam a origem de futuras fábricas.

Em 1850, os primeiros colonos, reunidos pelo doutor Hermann Blumenau, ocuparam seus lotes à margem do rio Itajaí-Açu. Era o começo da colônia, que o farmacêutico e doutor em filosofia pela universidade alemã de Erlangen decidira levar avante, encarando toda sorte de dificuldades e contratemplos. Anos mais tarde, o governo comprou a colônia e manteve o doutor Blumenau à frente dela. Vinte anos após sua

criação, contava com seis mil habitantes e 92 núcleos fabris, espreado-se pela zona do Itajaí-Açu e seus tributários.

Ao norte, nas terras que a princesa D. Francisca recebera como dote de casamento, foi organizado um núcleo pela Sociedade Hamburguesa de Colonização, com o nome da princesa. Os imigrantes ali chegados a partir de 1851 eram alemães, suíços e noruegueses. A colônia D. Francisca possuía regulamento próprio, o qual, entre outras cláusulas, garantia aos colonos o direito de se constituírem em comunas livres e autônomas. Com dez anos de vida contava com três mil habitantes, setenta engenhos de mandioca, trinta de açúcar e mais de trinta fábricas. Joinville também prosperou, em breve ocupando faixas de mata ao longo dos rios Negro e Iguaçu.

A colonização no sul da província, na bacia do Tubarão, foi levada a efeito no final do século XIX. Os colonos eram na maior parte italianos e se dedicavam à lavoura e à vitivinicultura. Foi também nessa área que, mais acentuadamente a partir da segunda guerra mundial, a exploração de carvão de terra constituiu mais tarde importante fator na economia catarinense.

República.

A partir de 1870 as idéias republicanas ganharam impulso em Santa Catarina, sobretudo entre os moços. Criaram-se clubes e jornais de propaganda, mas os republicanos não chegaram a conseguir representação na assembléia. Entretanto, a cidade de São Bento elegeu em 1888 a primeira câmara de vereadores no país formada somente de elementos republicanos. A república tomou a província de surpresa, pois em geral se esperava apenas a queda do ministério. Confirmada a proclamação do novo regime, em 17 de novembro, comemorou-se o acontecimento e um triunvirato assumiu o governo.

O primeiro governador do estado de Santa Catarina, nomeado por Deodoro, foi o tenente Lauro Severiano Müller. Mais tarde confirmado pela constituinte de 1891, foi logo deposto com a saída de Deodoro. Uma vez deflagrada, a revolução federalista do Rio Grande do Sul teve pronto reflexo em Santa Catarina.

Seguiu-se uma época de instabilidade política, com sérios entreechos provocados por motivos locais ou mesmo municipais, e agravados pelos acontecimentos no resto do país. Após a revolta da armada, Santa Catarina foi palco de numerosos episódios da revolução federalista, sendo Desterro proclamada capital provisória da república. Em 17 de abril de 1894, a esquadra ali aportava e ocupava a cidade. Pouco depois, o coronel Antônio Moreira César assumia o governo do estado para exercê-lo com mão de ferro. Entre as incontáveis vítimas desse período de violenta repressão, destaca-se o chefe do governo revolucionário, almirante Frederico Guilherme de Lorena, fuzilado por ordem de Moreira César. Serenados os ânimos, elegeu-se governador Hercílio Luz. Nessa ocasião, a capital do estado passou a chamar-se Florianópolis. A vida política decorreu a partir daí sem acontecimentos de grande relevo. Havia problemas e cisões dentro do Partido Republicano Catarinense, que, contudo, sempre conseguia recompor-se. Personalidades catarinenses com projeção nacional apareceram neste período, como Vidal Ramos, Adolfo Konder e Vítor Konder. O domínio político, então, não era mais exercido exclusivamente pelas famílias tradicionais do litoral, mas dividido com figuras influentes do planalto e descendentes de imigrantes.

Revolução de 1930.

Apenas iniciado, no Rio Grande do Sul, o movimento revolucionário de 1930, Santa Catarina foi o primeiro estado a ser invadido pelas forças que conduziram Getúlio Vargas ao poder. Muito embora fossem sendo vencidas as forças legais, Florianópolis resistiu ao avanço gaúcho, até que a revolução viesse a triunfar em todo o território nacional. De 1930 a 1945, o estado foi governado por interventores federais.

Ao longo desses 15 anos, houve um breve período, de 1935 a 1937, em que o poder executivo estadual esteve entregue ao governador eleito, Nereu Ramos, mantido como interventor pelo Estado Novo, em 1937. O governo de Nereu Ramos distinguiu-se pela preocupação com o setor educacional e com a assistência médico-hospitalar. A infiltração nazista entre os colonos de ascendência alemã radicados no estado foi um dos problemas mais graves enfrentados pelo interventor.

Depois de 1945.

O Partido Social Democrático (PSD), estruturado em torno de Nereu Ramos, e a União Democrática Nacional (UDN), formada por antigos republicanos, foram os partidos que dominaram a vida política de

Santa Catarina de 1945 a 1964. Em 1946 elegeu-se governador Aderbal Ramos da Silva, do PSD; depois dele o predomínio foi da UDN, com Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda. Em 1960, foi eleito Celso Ramos, do PSD.

Nesse período, uma grande área do estado, que vivia semimarginalizada e escassamente povoada -- o meio e o extremo oeste -- passou a ter importância cada vez maior. Essas glebas foram sendo ocupadas por gente vinda do Rio Grande do Sul, colonos estrangeiros e seus descendentes, que nelas vislumbraram um novo Eldorado.

Em 1960, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina representou grande avanço no setor educacional. Florianópolis tornou-se centro de atração para estudantes também de outros estados. Em 1965, fundou-se a Universidade para o Desenvolvimento do Estado, ao que se seguiu a criação de vários institutos de ensino superior em municípios do interior. No ano seguinte, tomou posse o governador Ivo Silveira, eleito por voto direto. Depois, dois governadores foram escolhidos pela Assembléia Legislativa do estado -- Colombo Sales e Antônio Carlos Konder Reis -- e um por um colégio eleitoral -- Jorge Bornhausen.

Durante a gestão do governador Espiridião Amin, eleito por voto direto em 1982, o estado foi atingido por uma das mais graves enchentes de sua história, em julho de 1983. Em Blumenau, que fica às margens do rio Itajaí-Açu, setenta por cento do centro urbano ficou submerso. Dos 199 municípios que integravam o estado na época, 136 foram declarados em estado de calamidade pública e quase cem ficaram totalmente isolados. O fenômeno se repetiu de forma menos violenta em 1984. As enchentes foram causadas em parte pela destruição das matas catarinenses e afetaram a produção industrial e agrícola do estado.

Em 1986, elegeu-se governador Pedro Ivo Campos, ex-prefeito de Joinville. Desde meados da década de 1980, ocorriam no campo graves conflitos entre lavradores e proprietários rurais pela posse da terra. Geralmente acompanhadas de violência, as invasões de fazendas por dezenas e até centenas de famílias de lavradores eram geralmente mediadas pelo governo estadual. Em 1990, após a morte de Pedro Ivo Campos, tomou posse o vice-governador Casildo Maldaner. No mesmo ano, elegeu-se para ocupar o cargo Wilson Kleinübing (PFL), a quem se seguiu, em 1995, Paulo Afonso Vieira (PMDB).

Cultura

Entidades culturais.

Têm sede em Santa Catarina diversas instituições culturais, entre elas o Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras e o Círculo de Arte Moderna. As mais importantes bibliotecas são a Biblioteca Pública do Estado, a Biblioteca Pública Municipal do Estreito e as das várias escolas da Universidade Federal, em Florianópolis; a Biblioteca Pública Municipal Dr. Fritz Müller, em Blumenau; a Biblioteca Pública Municipal, em Joinville, e a Biblioteca da Fundação Camargo Branco, em Lajes.

Museus.

Os mais importantes museus de Santa Catarina são, em Florianópolis, o Museu Histórico (instalado na Casa de Santa Catarina, com armas, uniformes e objetos pertencentes à Companhia Barriga Verde), a Casa de Vítor Meireles, o Museu Etnográfico, Etnológico e Botânico, o Museu de Arte Moderna, o Museu do Índio, o Museu do Instituto Geográfico e Histórico e o Museu do Homem do Sambaqui. Em Blumenau, funciona o Museu de História Natural Dr. Fritz Müller; em Brusque, o Museu Arquidiocesano D. Joaquim; em Joinville, o Museu Municipal (de imigração, colonização e arqueologia); e, em Lajes, o Museu Histórico Pedagógico.

Monumentos.

Ao colonizarem a atual Florianópolis, os açorianos construíram um sistema de fortalezas que hoje tem imenso valor histórico. Na ilha de Anhatomirim está uma dessas fortalezas, o forte de Santa Cruz, que, construído em 1744, foi recuperado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Das ruínas do forte de São José da Ponta Grossa (1740), na praia do Forte, tem-se uma das mais belas vistas da região.

Outros importantes monumentos são o Mercado Público e o prédio da Alfândega, construções do final do

século XIX, e a ponte Hercílio Luz (1926), uma das maiores pontes pênseis do mundo, em Florianópolis; e o palácio dos Príncipes (1870), em Joinville. As ruínas e construções da ilha de São Francisco do Sul e da cidade de Laguna são tombadas pelo patrimônio histórico.

Festejos religiosos e folclore.

Entre as festas religiosas catarinenses tradicionais destacam-se: a procissão do Senhor Jesus dos Passos, a festa de São Sebastião, a festa do Divino Espírito Santo (festa móvel, com três dias de duração) e a procissão de Santa Catarina (padroeira do estado).

Das festas folclóricas, as mais importantes são realizadas no mês de outubro em várias cidades: em Blumenau, a Oktoberfest, festa tradicional alemã, com distribuição de chope, músicas típicas e grupos folclóricos; em Joinville, a Fenachopp; em Rio do Sul, a Kegelfest, onde a atração, além da cerveja, é o bolão, jogo semelhante ao boliche e à bocha; em Treze Tílias, a Tirolerfest, que comemora o aniversário da imigração austríaca; em Jaraguá do Sul, a Schützenfest, mistura de competição de tiro com festival de comida e cerveja; em Brusque, a Fenarreco, a Festa Nacional do Marreco; em Pomerode, a Festa no Zoológico; em Itapema, o Festival do Camarão; e, em Itajaí, a Marejada, festa com comida típica portuguesa.

Outras festas folclóricas importantes no estado são o terno de reis, em janeiro; o boi-de-mamão, em janeiro e fevereiro, uma espécie de pantomima em que predomina a figura de um boi de papelão ou madeira, seguida de pessoas fantasiadas, dançarinos e cantores; e a farra do boi, na semana santa. Dos pratos típicos catarinenses, os mais conhecidos são a bijajica (bolinho feito de polvilho, ovos e açúcar, frito em banha) e o *Ente mit Rotkohl* (marreco com repolho roxo), especialidade da região de Brusque.

Turismo.

Tem aumentado constantemente o fluxo turístico para o estado, procedente sobretudo de São Paulo e dos países do Prata. O principal foco de atração dos visitantes são as belas praias da ilha de Santa Catarina, bem como os balneários de Laguna, Camboriú, Porto Belo e Itajaí. Também é fator de atração a zona de colonização alemã, com centro em Blumenau, mas estendendo-se, nos arredores, a Pomerode e Timbó e incluindo, mais para o norte, Joinville. Os municípios da região estimulam a construção das tradicionais casas de enxaimel (caibros cruzados de maneira a sustentar o barro que dá forma às paredes).